

Lucia Frota Pestana de Aguiar

A QUESTÃO ANIMAL
E SEU ACESSO À JUSTIÇA
UM PARADOXO NO DIREITO

Visão Pós-Humana entre o Sagrado e o Justo



Rio de Janeiro

2021

1ª edição – 2021

© Copyright
*Lucia Frota Pestana de Aguiar*PRESIDENTE DO CONSELHO EDITORIAL
Nelson Nery Costa

CONSELHO EDITORIAL

- *Álvaro Mayrink • André Brandão Nery Costa • Araken de Assis • Arnaldo Rizzardo*
- *Arruda Alvim • Cláudio Brandão • Florisbal de Souza Del' Olmo*
- *Geraldo Magela Alves • Mathias Coltro • Nelson Nery Costa*
- *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam) • Tânia da Silva Pereira*

DIAGRAMAÇÃO
*Olga Martins*CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A23q

Aguiar, Lucia Frota Pestana de

A questão animal e seu acesso à justiça: um paradoxo no direito: visão pós-humana entre o sagrado e o justo / Lucia Frota Pestana de Aguiar. - 1. ed. - Rio de Janeiro: GZ, 2021.

466 p.: il.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5813-005-5

1. Direitos dos animais - Brasil. 2. Direitos dos animais - Aspectos morais e éticos. 3. Animais - Proteção - Legislação - Brasil. I. Título.

20-67264

CDU: 343.58(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORAcontato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.brAv. Erasmo Braga, 299 – Sala 202 – 2º andar – Centro
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	IX
<i>Agradecimento especial de integração de conteúdo</i>	X
<i>Agradecimento especialíssimo</i>	X
<i>Apresentação</i>	XV
<i>Prefácio</i>	XVII
INTRODUÇÃO	1
1. A QUESTÃO ANIMAL.....	7
1.1. Teoria dos interesses indiretos: mecanicismo de Descartes e Kant em três guias	12
1.2. O contratualismo e o lugar dos animais no pacto social.....	15
1.3. O utilitarismo clássico de Jeremy Bentham e John Stuart Mill: Teoria da Igualdade de Interesses.....	17
1.4. Teoria dos interesses diretos - aportes teóricos da origem da questão animal.....	23
1.4.1. O dever de compaixão de Humphry Primatt.....	23
1.4.2. Sofrer é o maior mal por Henry Salt (" <i>Suffering is Suffering</i> ")	25
1.4.3. A origem do conceito de 'Especismo' por Richard Ryder	30
1.4.4. A Teoria dos Direitos dos Animais de Tom Regan.....	33
1.4.5. A esquizofrenia moral da humanidade conceituada por Gary Francione.....	36
1.5. O Bem-estarismo e o Abolicionismo: situando a polêmica.....	39
1.5.1. A visão utilitarista do "new welfare" de Peter Singer.....	45
1.5.2. Abolicionismo e o fim da exploração animal.....	48
2. OS ANIMAIS SOB O OLHAR RELIGIOSO: ENTRE A LIBERDADE E O EQUÍVOCO.....	55
2.1. A Cola Mítica.....	58
2.2. A identidade religiosa: o mito, o sagrado e o sujeito da modernidade...	65
2.3. Religião e sacrifício, por Jacques Derrida	72
2.4. A liberdade limitada pela alteridade levinasiana.....	80
2.5. O sacro-ofício e a culpa arquetípica diante da Ética da compaixão por Freud, Adorno e Schopenhauer.....	83
2.6. Sacrifícios com animais na ótica constitucional brasileira.....	89
2.7. Compendo direitos fundamentais: o Artigo 5º, VII, e o Artigo 225, §1º, inciso VII, da CF.....	96

2.8. O sacrifício religioso como precedente na Corte Norte-Americana .	102
2.9. O sacrifício religioso no Brasil em histórico normativo	106
3. OS ANIMAIS SOB O OLHAR DA CIÊNCIA: ENTRE A CURA E A FRAUDE.	119
3.1. Métodos alternativos ao uso de animais.....	122
3.2. A vivisseccção e o uso de animais em experimentos	124
3.3. Os tipos de testes com animais mais comuns no uso de cosméticos	131
3.4. A regulamentação das pesquisas.....	132
3.5. Habermas e o biodireito: da eugenia liberal à sua utilização em doutrina pró experimentação animal.....	135
4. OS ANIMAIS NA ALIMENTAÇÃO: ENTRE A TRADIÇÃO E O VEGETARIANISMO	153
4.1. Carnismo e o ato de comer a carne em abrangência filosófica.....	154
4.2. A carne no mercado.....	165
4.2.1. A contaminação da carne.....	171
4.3. Transporte de animais vivos: prática comercial de violência animal	175
4.3.1. Violação das normas brasileiras de bem-estar animal em transporte de animais	176
4.3.2. O abate halal e o abate kosher	181
4.4. O erro utilitarista: ter a vaca de estimação e também comê-la	186
5. OS ANIMAIS PELO OLHAR AMBIENTAL: ENTRE O FUTURO E O PRENÚNCIO	191
5.1. O neoconstitucionalismo como vetor para compreensão de novos direitos.....	193
5.2. O animal e a equidade intergeracional	196
5.2.1. O futuro intergeracional no Brasil e o ensino	204
5.3. O estado ambiental.....	207
5.3.1. Os princípios do estado ambiental	213
5.3.2. O interesse ambiental globalizado em tratados e pactos internacionais.....	214
5.4. O olhar distorcido – Efeito Backlash das vaquejadas.....	221
5.5. A Declaração Universal dos Direitos dos Animais.....	228
5.6. Legislação constitucional.....	234
5.7. Direitos metaindividuais e acesso à justiça	235

5.8. As três ondas renovatórias de Mauro Cappelletti e Bryant Garth.....	239
5.8.1. Evolução do direito processual e influência das class actions.....	243
5.8.2. Proteção constitucional independente da ausência de personalidade jurídica	251
6. OS ANIMAIS SOB O OLHAR DA LEI: ENTRE A ORDEM E O CAOS	259
6.1. Evolução das leis infraconstitucionais na defesa animal no Brasil...	260
6.2. A tutela jurídica da Pacha Mama	263
6.3. Os animais como sujeitos de direitos: a necessidade dos animais titularizarem ou não direitos subjetivos.....	265
6.3.1. Teorias possíveis para a extensão de direitos subjetivos aos animais.....	266
6.3.2. Teoria dos entes despersonalizados – adotada pelo Projeto de Lei 6054/19 (PL “Animal Não é Coisa)	270
6.4. Crítica ao Projeto de Lei 6054/19 em texto originário do PL 27/18 – as artimanhas e armadilhas que se escondem em um texto de lei e a ingenuidade dos bem-intencionados	273
6.5. Legitimação em juízo por parte dos entes despersonalizados.....	278
6.6. A classificação atual dos animais na lei civil e os projetos de lei em andamento	283
6.7. Os julgamentos emblemáticos nas cortes superiores.....	287
6.7.1. STJ e a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e dignidade aos animais não-humanos e à natureza	287
6.7.2. Julgamento do reconhecimento do direito de guarda e a família multiespécie.....	291
6.7.3. Impossibilidade do condomínio proibir o proprietário de ter animais.....	295
6.8. A legitimação em juízo.....	297
6.8.1. O caso Mary Ellen Wilson – a lógica reversa (a partir dos animais para os humanos)	298
6.8.2. Legitimação pelo Ministério Público, por entidades não governamentais, pela Defensoria Pública.....	300
6.9. A tutela inibitória-aplicação às demandas coletivas na proteção dos animais.....	307
6.9.1. A importância da precaução.....	311
6.9.2. A lei de ação civil pública	314
7. O PARADOXO: ENTRE O SAGRADO E O JUSTO	323

7.1. A questão animal e o sagrado	324
7.2. A alteridade como reencontro.....	326
7.2.1. Emmanuel Levinas: reconhecendo a diferença e o valor intrínseco do “outro”	327
7.2.2. Jacques Derrida: o animal autobiográfico	329
7.2.3. O olhar do Humano: a humanidade nua.....	330
7.2.4. O olhar do Animal: a perplexidade	331
7.3. A visão pós-humana.....	336
7.4. O pós-humanismo: onde as espécies se reencontram.....	339
7.5. O acesso à justiça pelos animais	341
7.6. Uma política pública nacional de defesa dos animais	350
8. ÚLTIMAS NOTÍCIAS: O ESPECISMO ELETIVO DA CHAMADA “LEI SANSÃO” (Lei nº 14.064 de 29/09/2020)	355
8.1. Os animais e a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)	360
8.2. Evolução Legislativa: Câmara dos Deputados, Senado Federal e Sanção Presidencial	365
CONCLUSÃO	367
REFERÊNCIAS	375
ANEXO.....	393